

## **ESPAÇO, TEMPO E IMAGENS: A CARTOGRAFIA HISTÓRICA SUSTENTANDO ANÁLISES SOBRE O SERTÃO BAIANO SETECENTISTA**

**Adriano Bittencourt Andrade**

Professor Doutor do CMB/Brasília.  
abittandrade@uol.com.br

Recebido 05 de junho de 2012, Aceito 27 de julho de 2012.

**RESUMO** - Esse artigo estabelece relações entre as imagens, notadamente as da cartografia histórica, e o espaço geográfico dos sertões baianos setecentistas. Apóia-se no referencial teórico da Geografia Histórica e utiliza a Paisagem como categoria de análise e desenvolve estratégias para a apreensão de dinâmicas territoriais em tempos recuados. Ele se divide em duas seções interiores: a primeira com a identificação das possibilidades e restrições ao uso dos mapas históricos como instrumentos de análise espacial, a segunda, aborda a produção do espaço concreto dos sertões do oeste, para além do rio São Francisco a partir da leitura de fontes e imagens primárias. Estes sertões centrais constituíam um espaço intermediário entre o litoral ocupado, as minas do centro sul e de Goiás e os currais de gado do norte nordeste. Escasso de fontes documentais, conta com as poucas imagens históricas como elementos essenciais para a busca da dinâmica espacial pretérita.

**PALAVRAS-CHAVE:** Geografia histórica, cartografia histórica, paisagem, imagem, sertões, século XVIII

**ABSTRACT** - This article establishes the relations between the images, specially the historical cartography, and the geographical space of the baianos Sertão in the 18<sup>th</sup> century. It has as its support in the theoretical references of the Historical Geography and uses landscape as an analysis category and develops strategies to the apprehension of territorial dynamics in previous times. It divides itself in two interior sections: the first

with the identification of the possibilities and restrictions to the use of the historical maps as instruments of spatial analysis; the second, discusses about the production of the concrete space of the central west sertões, beyond the São Francisco river from the reading of sources and primary images. Those central sertões constitute an intermediary space between the busy seashore, the mines of the south central and Goiás and the cattle corrals of the north northeast. Few documental sources counts on few historical images as essential elements to the search of the past spatial dynamics.

**KEY WORDS:** Historical geography, historical cartography, landscape, image, sertões, 18<sup>th</sup> century

## INTRODUÇÃO

A imagem, notadamente quando cartografada, revela a perspectiva do seu criador acerca de um recorte da paisagem, distribuindo os elementos materiais pelo papel e dando um sentido de representação escalar à outrora folha em branco. O espaço torna-se legível quando revelado pela escrita, pela fala e pelas imagens que, prenhas de significados apresentam formas e conteúdos das complexas dinâmicas territoriais.

A ciência geográfica sempre esteve vinculada à representação e leitura do espaço. Nesse sentido, ocupa posição nodal no exercício de produção e análise de imagens. Moreira (2007, p.16) afirma que “em todas as fases de tempo, foi, pois a imagem de uma ciência colada ao espaço e ao mapa que se firmou na mente dos homens como o traço identitário da Geografia”.

O texto que segue busca exatamente identificar elementos do espaço pretérito à luz de imagens da cartografia histórica. Enfrenta-se, então, o desafio primordial de “saber ler o sentido e o significado do que dizem as imagens, que fazem do

espaço a categoria por excelência de explicação do mundo como história”<sup>1</sup>.

A paisagem é a categoria de análise, aqui entendida conforme Santos (1997, p.83), como um “conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza”, que desenhada nos mapas históricos, dá pistas acerca da organização e dinâmica de estruturas espaciais do passado.

Como orienta Santos (1997, p.83-88) a distribuição dos objetos técnicos, matéria da intervenção social sobre a natureza, dá apenas uma ideia parcial sobre os processos vividos em uma dada configuração territorial. O entendimento completo, sempre por ser apreendido por conta da totalidade dinâmica que é o espaço geográfico, só se aproxima do real, quando se estabelece a relação analítica entre as formas materiais da paisagem com o conteúdo e sentido social que elas possuem naquele tempo e espaço.

Abreu (2011, P.35) corrobora com esse entendimento quando destaca a importância dos mapas históricos como instrumentos de leitura de paisagens pretéritas, entretanto alerta que “o que não podemos fazer é reduzir a contribuição da Geografia a recuperação de formas morfológicas [...são as formas não espaciais...] que dão conteúdo as formas morfológicas. Não podemos compreender uma sem entender a outra”.

Nesse sentido, a Geografia desempenha papel central no resgate da memória sobre dinâmicas espaciais pretéritas. A leitura e interpretação de imagens que revelam elementos de paisagens do passado é um instrumental amplamente

<sup>1</sup> Moreira (2007, p.22).

utilizado pela ciência, ainda mais na atualidade com a valorização do patrimônio histórico e crescimento exponencial dos trabalhos de Geografia Histórica.

Os mapas antigos são desenhos que estabelecem o “elo entre o conhecimento da realidade e a ação sobre ela e, portanto, sinônimo de desígnio”<sup>2</sup> para o planejamento territorial naquele tempo.

Mapear significava conhecer o território. Os mapas históricos, especificamente, eram verdadeiros instrumentos de comunicação, posse e estratégia territorial, considerando as imprecisões e intencionalidades, a cartografia revelava a configuração territorial em um dado recorte temporal, não é por um acaso que a “missão” de mapear o espaço colonial era restrito a alguns poucos indivíduos.

O resultado estático do desenho apresenta indícios e marcas de uma dinâmica vivida no espaço geográfico. Cores, linhas e nomes se articulam mostrando formações urbanas hierarquicamente distribuídas, caminhos terrestres, rede hidrográfica, base orográfica, engenhos e regiões geográficas, elementos que compõem estruturas espaciais do passado e que, em determinado momento, foram interpretados e desenhados numa escala imprecisa aos olhos do cartógrafo revelando substratos dinâmicos que tanto sustentavam como induziam ações no território ocupado.

Beatriz Bueno assevera que os trabalhos de cartografia definiam oficialmente o território e que

*A interpretação das séries de desenhos do território, da arqui-*

<sup>2</sup> Bueno (2011, p.30).

*tetura civil, militar e religiosa, das vilas e cidades nos permite entrever os diferentes momentos da política de colonização – mais ou menos centralizada nas mãos da Coroa – e expansão das linhas de domínio do império português; são a fala da conquista. (BUENO, 2011, p.300).*

Nesse artigo, busca-se identificar as possibilidades e limites do uso das imagens da cartografia e iconografia histórica como instrumentos de análises do espaço pretérito, assim, estrutura-se o escrito em duas seções interiores: a primeira discute o papel da cartografia como leitura escalar que dá visibilidade a um dado espaço a partir da apresentação de elementos da sua paisagem; a segunda seção se aproxima do exercício prático, quando se desenvolve análises acerca da configuração territorial dos sertões baianos setecentistas à luz de mapas históricos.

Esse é o desafio que se impõe, o de desvendar as informações desenhadas e implícitas nas imagens em escala do real. Como receitou Castro (1995, p.127), mapear é uma “estratégia de apreensão da realidade – pela impossibilidade de apreende-la *in totum*”.

### **A CARTOGRAFIA HISTÓRICA: IMAGENS DO PASSADO**

Acompanhando Cortesão (1965 e 1971), Vasconcelos (1999), Araújo (2000), Reis Filho (2001), Abreu (2005), dentre outros, confirma-se a importância da cartografia histórica para o entendimento da dinâmica e estrutura de um espaço em tempos mais recuados. Não obstante todas as ressalvas sobre intencionalidades, equívocos e limites técnicos, a construção de mapas por

viajantes, cartógrafos oficiais, militares ou por artistas revela, em escala variada, como que a atividade social repercutia espacialmente. Como afirmou Rahy (2003, p.76), “são relatórios visuais do lugar e do momento histórico que se propõem a representar”. A cartografia histórica substitui, esclarece e, por vezes, ocupa lacunas de entendimento não elucidadas pela pesquisa em outras fontes documentais. É a imagem que se comunica

Por esse motivo, o uso desse instrumental é imprescindível para a análise de configurações espaciais em tempos passados, conforme orienta Pedro Vasconcelos

*Para a geografia urbana histórica, a cartografia de cada época tem uma importância fundamental — apesar das imprecisões, das impossibilidades de uma mensuração correta, das diferenças de escala etc. —, porque os próprios mapas são marcos definitivos de etapas das transformações espaciais da cidade, nos dando uma informação precisa (em diferentes graus) do que já existia, do que estava consolidado, e do que tinha importância em ser registrado e mapeado (desde a superfície documentada, até o que é representado ou colocado em destaque: igrejas, fortificações, logradouros etc. (VASCONCELOS, 1999, p. 192).*

Para o uso de mapas e iconografia histórica, há entretanto alguns problemas a serem observados: os limites técnicos com a sua construção, a parcialidade de quem o faz e a ausência deste tipo de fonte para alguns lugares/períodos históricos.

Sobre os limites técnicos, eles eram de várias ordens, a exemplo (1) das

imprecisões acerca do que era cartografado, é possível observar em mapas de períodos similares, crassas diferenças num dado físico (desenho litorâneo, percurso de um rio ou localização de uma unidade do relevo), ausência de informações como a presença de vilas, freguesias e pousos ou mesmo equívocos nos dados apresentados como a localização de sedes de freguesias em lugares onde já havia vilas erigidas. (2) Considerando os domínios técnicos da época, é de se esperar variações nas unidades espaciais dado às impossibilidades de aplicar uma mensuração correta aplicável a todo o território, especialmente nas cartas de média (regionais) e pequena (continentais) escalas. (3) Para efeito de análises comparativas, a diferença de escala adotada dos mapas históricos se apresenta como um problema adicional; nem sempre há registros em escalas similares e, como alerta Castro (1995, p.118), “quando o tamanho muda, as coisas mudam”; as imagens em grande escala são escassas para diversos espaços do território colonial, especialmente para as áreas mais recônditas, o que dificulta o uso desse instrumental para uma análise mais detalhada de algumas regiões.

Parece evidente que documentos históricos, textuais ou cartográficos, também guardam inevitáveis parcialidades na sua construção. Os mapas, especificamente, eram além de instrumentos de comunicação, preciosos artefatos para o deslocamento, localização e tomada de posse de um dado território. Cartografar significava conhecer e, normalmente, ter a possibilidade de povoar/usar. Nesse sentido, os mapas produzidos, salvo exceções, eram encomendados ou autorizados pela Coroa e acompanhavam relatos e textos descritivos que iluminavam os aspectos principais que foram causa da sua construção. Essa intencionalidade

todavia, mas que um obstáculo à análise, significa um entendimento da atividade social sobre o espaço e o próprio conhecer da base territorial que determinava a ação do agente colonizador. Fica claro o papel do espaço geográfico, não como receptáculo, mas como elemento fundamental na dinâmica que se estabelecia.

O caráter essencial para revelar um dado espaço ocupado num tempo de tão difíceis comunicações, dava aos mapas um papel nodal no ato colonizador. Trabalhos como o de Reis Filho (2001) e, mais recentemente, de Bueno (2011), dão uma real dimensão da importância de documentos que apresentavam imagens do território colonial. O extrato de dois documentos abaixo apresentados clarifica a centralidade que possuía a cartografia histórica na tomada de decisões e o quão importante eram os mapas, possuindo significativo valor estratégico e, até por isso, guardados em cofres da Coroa, mas também, individuais, o que levou certamente à perda diversos registros.

O primeiro documento (AHU, doc. 20469, Abr. 1800) é o ofício do governador da capitania da Bahia Dom Fernando José de Portugal para Dom Rodrigo de Sousa Coutinho. Apesar de tratar da partida do governador da capitania do Espírito Santo, Antonio Pires da Silva Pontes, depois de ter executado na Bahia o levantamento de plantas topográficas, Dom Fernando José revela possuir cartas geográficas de diversas partes do Brasil adquiridas pelo seu “irmão o Marquez de Valença [...] que as comprara quando aqui esteve, no leilão do Sargento mór Engenheiro fallecido José Antonio Caldas, que era hábil [...]”. São três dados preciosos acerca da cartografia histórica nesse documento: primeiro o valor dado a posse de mapas, segundo a confirmação da sua comercialização num leilão de cartas/mapas, terceiro a referência a José Antonio Caldas que, de fato,

assina diversos mapas do século XVIII, especificamente sobre a Bahia.

O segundo documento, também um ofício do mesmo remetente e destinatário, em que o governador participa a remessa da carta geográfica do litoral da Capitania da Bahia e uma planta da Cidade de Salvador, ela possui o seguinte teor:

*Tenho a satisfação de remetter a V. Ex. [...] a Carta Geographica que por ordem minha levantara o Governador da Capitania do Espirito Santo Antonio Pires da Silva Pontes, desde a Torre de Garcia d'Avila até á Villa do Camamú, comarca de Ilhéos, comprehendendo-se esta Bahia de todos os Santos, com os seus rios, portos e Ilhas adjacentes, persuadindo-me que está tirada com a maior exacção possível, como he de esperar dos conhecimentos e luzes d'aquelle Governador e escrita e riscada com a maior limpeza e aceio pelo Capitão Engenheiro Joaquim Vieira da Silva [...] Remetto tãobem a planta d'esta cidade tirada pelo Coronel graduado do Regimento de Artilharia José Gonçalves Galeão e executada pelo sobredito Capitão engenheiro Joaquim Vieira da Silva [...]. (AHU, doc.19307, Dez.1800).*

As duas cartas supracitadas não foram localizadas no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, mas o ofício demonstra a troca de informações entre agentes da Coroa sobre a ocupação e uso do espaço através de mapas e a fundamental participação dos engenheiros militares na construção da cartografia

de então.

Além da intencionalidade e desvio de produção há também limites no tocante à ausência de documentação para determinados períodos/lugares. O que Vasconcelos (1999, p.192) chamou de “hiatos temporais”. Esse é um problema adicional à pesquisa sustentada em registros cartográficos, visto que, por motivos evidentes, havia uma priorização de produzir mapas para áreas sensíveis aos interesses da Coroa que, inicialmente se concentrou na faixa litorânea e, ao final dos seiscentos e ao longo dos setecentos, desviava o seu foco para as áreas mineiras e para os espaços litigiosos na fronteira Norte (amazônica), Sul e Oeste. Os portugueses João Garcia e Maria Feijão corroboram com esse entendimento quando afirmam que

*O século XVIII é, sem dúvida, o tempo do Brasil na História da Cartografia Portuguesa, porque essa é a centúria em que o território brasileiro joga um decisivo papel geopolítico e econômico no conjunto do império ultramarino português. (GARCIA; FEIJÃO, 2001, p.21).*

O “papel geopolítico e econômico” diz respeito às descobertas mineralógicas e a ocupação de novas faixas fronteiriças.

Também nessa direção, o Tomo I do trabalho de Cortesão (1965) que aborda dos primórdios da aventura colonial marítima portuguesa até o século XVII, traz diversas referências cartográficas planisféricas ou de registro de escalas diversas do litoral brasileiro, espaço a ser ocupado, e alguns primeiros mapas de entradas. No Tomo II (CORTESÃO, 1971) – do século XVII até a independência do Brasil – há uma concentração inicial de imagens do litoral, mas uma clara

priorização de cartografia das entradas para as minas/oeste, do desbravamento da Amazônia e das áreas fronteiriças do sul.

Uma alternativa para lidar com esses hiatos de documentação cartográfica para determinados espaços estudados é utilizar o método teorizado e aplicado por Abreu (2005) para a confecção de “mapas conjecturais”. O autor propõe um conjunto de técnicas que possibilitam a construção de mapas com confiabilidade na configuração espacial, a partir de outros documentos e registros históricos.

O autor registra posteriormente que

*se quisermos avançar o conhecimento sobre os primórdios açucareiros da capitania, precisamos não apenas ser criativos no tratamento da documentação que ainda subsiste, como também produzir nossas próprias representações cartográficas. (ABREU, 2010. p.64-65).*

Cabe ainda como ressalva ao uso da cartografia histórica como instrumental para a análise de configurações espaciais pretéritas que muitos atlas publicados possuíam seus registros “colados” a outras produções cartográficas, sendo comum para um mesmo período, mapas de diferentes autores com similares desenhos, assim, em abundantes catálogos da produção histórica, como no belo registro feito pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP, 2001), com registro de 333 imagens catalogadas/guardadas sobre o Brasil no século XVIII, diversos mapas dizem respeito ao mesmo desenho, ainda que publicados em diferentes destinos.

No capítulo 10 da tese de doutorado da arquiteta Renata Malcher de Araújo

(ARAÚJO, 2000) há uma série de considerações teórico-metodológicas sobre o uso da cartografia histórica na identificação e análise dos elementos que levaram à urbanização do Mato Grosso no século XVIII. Estabelece-se a seguir um diálogo com a referida autora em relação a cinco itens assinalados na sua tese:

(1) O primeiro diz respeito à toponímia. A autora informa que

*A cada novo desbravamento acrescentavam-se-lhe lugares e nomes. Nomes que podiam significar a assimilação concreta da paisagem, identificando as suas características mais marcantes, numa toponímia adequada ao seu reconhecimento subsequente. (ARAÚJO, 2000, p.468).*

O batismo do território, registrado na cartografia, além do papel simbólico de apropriação do espaço por quem lhe dava novo nome, legitimado pela colonização cristã, representava posse e domínio sobre o que se nomeava. Batizar o espaço desbravado significava impor sua cultura/língua ao gentio ou, em outros casos, a diferentes povos colonizadores. A cartografia assumia esse papel de revelar o espaço desbravado, mas também de identificar rios, serras, vales, baías, iguapes, vilas, aldeias, povoados diversos com toponímias portuguesas que representassem e guardassem símbolos do poder de quem colonizava.

(2) A autora lembra que o longo processo de colonização foi também um contínuo movimento em busca do conhecimento sobre o território. Ela afirma que “os acidentes geográficos da América surgiram para o mundo ao serem encontrados e nomeados pelos colonizadores. Mas foi ao serem desenhados e cartografados que ocuparam definitivamente o seu lugar no espaço”<sup>3</sup>. A cartografia assumia esse papel cumulativo de conhecimento do território. A

observação de mapas do início do século XVIII e do seu final revelam explicitamente como que à medida que ia sendo ocupado, aprofundava-se o conhecer sobre o espaço. A existência prévia da morfologia era irrelevante, visto que passou a ser importante a medida da sua apropriação pela ação social e era o traço do desenho do cartógrafo que “apresentava” esses acidentes geográficos aos grupos interessados no seu usufruto, seja na Europa ou no Brasil. Renata completa o seu raciocínio quando informa que

*mais do que simples imagens, os mapas eram, com efeito, signos visuais de uma linguagem que se ‘aprendia’ e se ‘aprendida’.[...] a escrita desta língua do desenho foi sendo aprendida ao ser executada, num interminável exercício de caligrafia do espaço. (ARAÚJO, 2000, p.500).*

(3) O terceiro tema diz respeito às duas dimensões da produção de um mapa. Renata Malcher Araújo escreve que “a cartografia construía duplamente o território, pois afirmava, em termos concretos, o conhecimento e o uso do espaço, ao mesmo tempo que estabelecia, em termos conceptuais, a sua imagem”<sup>4</sup>. Duas dimensões associadas ao mesmo labor do desenho do espaço, a primeira explicitamente revelada pela legibilidade do espaço a partir do mapa, a segunda, a apropriação simbólica do, por vezes inóspito, espaço desbravado a partir da criação de uma imagem que viabiliza leituras polissêmicas do seu receptor. Conhecer o território sem estar lá. Apropriar-se do espaço a partir da sua imagem. Concretamente foram essas imagens que estimularam distantes estratégias de ocupação e uso do território colonial e que levaram aventureiros a arriscarem a

<sup>3</sup>Araújo, 2000, p.469

<sup>4</sup>Op.Cit. p.500.

sorte nas terras do Brasil

(4) O uso da escala ocupa outro tema apontado pela autora. Ela argumenta que “ao diminuir proporcionalmente as grandezas da natureza de modo a poder abarcá-las numa imagem de síntese realiza-se uma sofisticada operação mental”<sup>5</sup>. É de fato instigante imaginar o poder de abstração dos cartógrafos de então. Considerando o domínio técnico do século XVIII, impressiona a aproximação dos desenhos feitos nesta centúria com os da nossa atualidade, mesmo com todas as ressalvas já apontadas acerca de imprecisões e limites diversos, o exercício de estabelecer uma proporção entre o real intangível e o desenho em escala era operado com relativa precisão. Era o permanente enfrentamento (que resiste em qualquer imagem cartográfica) entre o real e o desenho, conforme anunciou Castro (1995, p. 119) quando escreveu que “a complexidade do espaço geográfico e as diferentes dimensões e medidas dos fenômenos socioespaciais exigem maior nível de abstração”.

Enfim, registra-se que, ainda que haja mapas de sertanistas sem um conhecimento prévio das técnicas cartográficas, mas que também serviam ao intuito de demarcar e nomear o território, o labor da cartografia não pertencia a qualquer desbravador. Poucas são as cartas publicadas nos setecentos sobre o Brasil, ainda mais se considerarmos a ressalva anterior sobre as bases similares, e a maioria delas por engenheiros-militares, agentes da Coroa decisivos tanto na regulação urbana como no mapeamento do território colonial<sup>6</sup>.

<sup>5</sup> Op.Cit. p.501.

<sup>6</sup> Cf. Bueno (2011).

## A IMAGEM COMO INSTRUMENTO DE APREENSÃO DA DINÂMICA ESPACIAL

A princípio, esse exercício de analisar a dinâmica de um dado espaço no passado a partir do instrumental da cartografia histórica poderia ser feita em outros espaços dos domínios coloniais portugueses, talvez em áreas mais povoadas e mais sensíveis aos interesses da Coroa e, por conseguinte, com maior disponibilidade de fontes primárias (documentais, cartográficas e iconográficas).

A escolha dos sertões da baía<sup>7</sup>, especificamente os vastos espaços a oeste do rio São Francisco até os limites de Goiás, se deu exatamente pela pouca disponibilidade de fontes históricas para a região ao longo dos séculos XVII e, mesmo XVIII. Nesse sentido, os escassos registros cartográficos em média e pequena escala tornam-se valiosos instrumentos de apreensão daquela dinâmica espacial.

Os sertões do além-São Francisco, ou sertão de Rodellas (subregião da Capitania de Pernambuco desde 1715), conforme Antônio Carlos Robert de Moraes eram verdadeiros fundos territoriais, ou seja,

*áreas ainda não devassadas pelo colonizador, de conhecimento incerto e, muitas vezes, apenas genericamente assinalada na cartografia da época. Trata-se dos “sertões”, das “fronteiras”, dos lugares ainda sob domínio da natureza ou dos “naturais”. Na ótica da colonização, são os estoques de espaço de apropriação futura, os lugares de realização da possibilidade de expansão da colônia. (MORAES, 2002, p.88).*

<sup>7</sup> No início do século XVIII a região em foco pertencia à Capitania Real da baía de Todos os Santos.

Tratando da região à leste do rio São Francisco, Neves (2010, p.19), acrescenta que somente ao final do século XVII, por conta dos atrativos da mineração e que se estabeleceram os caminhos do sertão da Bahia, pelos quais passaram a trilhar aventureiros da “corrida do ouro” e vaqueiros que tangiam boiadas para o litoral”.

Em linhas gerais, algumas poucas fazendas de donatarias tinham se estabelecido na região que formava um *intermezzo* entre as Minas Gerais e do oeste de Goiás, os currais do norte e do São Francisco e o litoral já ocupado. Houve apenas uma vila elevada ao longo de todo o século XVIII, São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande, em 1753, com um imenso termo que ocupava todo o território do que hoje se conhece como mesorregião do Extremo Oeste baiano. Esse território foi fragmentado em oito novas vilas ao longo do século XIX e, só no século XX sofreu os desmembramentos que resultaram na sua atual configuração política. É evidente o parco povoamento e ocupação desse espaço nos anos setecentos, ao passo que o litoral e área mineira já possuíam um relativo adensamento demográfico, este vazio compunha o genérico e desconhecido “sertão”.

Os dois mapas apresentados a seguir (**Figuras 1 e 2**) produzidos no decorrer do século XVIII revelam nuances que dão pistas para análise espacial da região do Além-São Francisco nos setecentos, inclusive porque, para o período, há poucos registros cartográficos para aquele espaço, especialmente em grandes escalas que permitam uma análise mais detalhada.

A **Figura 1**, de autoria do cartógrafo francês Jacques Nicolas Bellin, foi desenhada em 1754 (dois anos após a elevação de Barra do Rio Grande a vila).

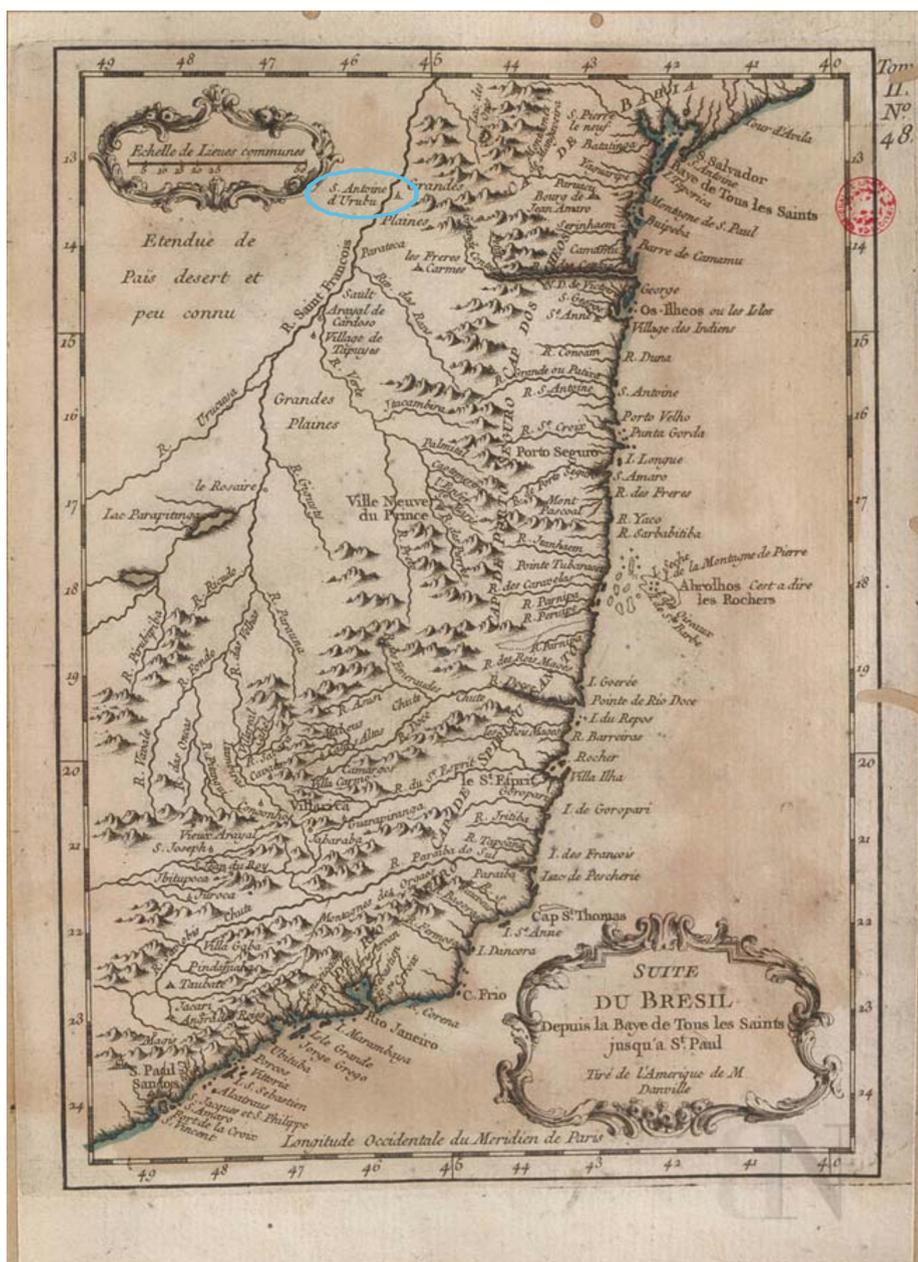


Figura 1 – Recorte do mapa “Suíte d u Bresil: depuis la baye de tous lès Saints jusqu’à St Paul”», 1754. Fonte: Biblioteca Nacional Digital (BELLIN, 1754)

Há um claro destaque às informações da faixa litorânea, desde o Rio de Janeiro até a baía de Todos os Santos; porém a pequena escala e não permite um detalhamento de áreas mais densamente povoadas para a época, a exemplo do Recôncavo baiano.

Contrastando com o litoral bem ocupado e mapeado, está o sertão a ser desbravado. Alguns elementos físicos determinantes na interiorização da ocupação estão presentes no mapa a exemplo das bacias hidrográficas do leste com a preciosa indicação das principais vias fluviais de entrada e as barreiras orográficas que acompanham paralelamente a faixa da orla marítima e se apresentam como obstáculos à penetração e, conseqüentemente, como limites entre o ocupado e o desconhecido, ou melhor, o espaço a ser colonizado.

Em relação ao Oeste, a ausência de dados já é a primeira informação sobre a região, que nesse momento, meados do século XVIII, possuía uma parca ocupação. Corroborando com essa apreensão, o autor explicitamente indica que a porção para além do rio São Francisco é uma “*etendue de Pais desert et peu connu*”, de fato, se não era povoado e conhecido, não havia como ser mapeado, ressalva-se que este despovoamento era apenas relativo, visto que, já havia pontos de ocupação (fazendas, povoados, pousos e caminhos), ainda imprecisos e por isso de difícil registro cartográfico. O que não exime o autor da lacuna de conhecimento sobre o território, visto que a vila de Barra do Rio Grande já havia sido criada um pouco mais a norte da área mapeada e os importantes afluentes da margem esquerda do rio São Francisco (rio Grande, Corrente e Caririnha) também são ignorados.

Destaca-se ainda o registro da vila de Santo Antônio do Urubu (grifo em

azul) e a centralidade do rio São Francisco no conjunto do desenho e, certamente, do território cartografado, correndo pelo interior paralelamente à faixa marítima e estabelecendo conexões entre as minas do centro-sul e o litoral nordestino.

A **Figura 2** é um recorte da Carta Geral do Brasil datada de 1798 feita pelo matemático e futuro governador do Espírito Santo (em 1801) Antônio Pires da Silva Pontes Leme<sup>8</sup>. Além da carta, há cinco outros mapas em escala maior que contemplam Recife, Baía de Todos os Santos, Baía da Guanabara, Cabo Frio e Barra do Rio Grande do Sul, é curioso observar que no quinto desenho há o crédito do levantamento dos dados, em 1779, ao Brigadeiro Engenheiro José Custódio de Sá e Faria, dezenove anos antes da publicação.

Apesar de também ser um mapa em pequena escala, a sua ampla constituição e o maior conhecimento do território ao final do século XVIII permite uma riqueza de detalhes pouco provável em registros anteriores, especificamente em relação aos caminhos terrestres que demarcam verdadeiras linhas de penetração ao território colonial.

Em relação ao povoamento, o próprio destaque dado pelo autor com os cinco desenhos anexos supracitados já revela um dado evidente que é o maior adensamento de vilas, engenhos e povoados no litoral, havendo uma dispersão para o oeste, a exceção das áreas mineiras.

No mapa é possível confirmar a pertença à Capitania de Pernambuco da longa faixa a oeste do rio São Francisco até a Capitania de Goiás, o que compunha

<sup>8</sup> Há também uma atribuição do mesmo desenho a José Joaquim Freire, conforme referência de Bueno (2011, fig.272), este publicado com um ano de antecedência àquele, em 1797. Brasília.

o Sertão de Rodellas.

Em relação aos sertões do Além São Francisco, apesar de existirem algumas ausências e equívocos na **Figura 2** – o que denota a dificuldade de informações sobre a área – os dados apresentados confirmam a documentação primária e acrescentam novos indícios, é possível destacar: a presença da vila de Santo Antônio do Urubu (destaque em azul) como importante entroncamento no médio-alto São Francisco; o registro da vila de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande (destaque em vermelho), ainda que posto na margem direita e com o nome incompleto; transparecendo a dificuldade de acesso e o desconhecimento do território, os rios da margem esquerda do São Francisco são escassamente mapeados e possuem equívocos no traçado, o único identificado é o Caririnha que está mais ao sul, próximo às minas; é significativo observar a riqueza de informações e densidade de ocupação no sul da Capitania do Maranhão e nas Capitanias de Minas Gerais e Goiás, neste caso, diretamente associado à atração mineira; enfim, revela-se também na **Figura 2**, além das naturais vias fluviais, os espaços coloniais (litoral, minas, sertões) articulados por caminhos terrestres que cruzam ou margeiam o Oeste baiano, destacando-se a centralidade da vila de Barra do Rio Grande acessível pelo caminho que margeia o rio São Francisco, mas também por caminhos oriundos da vila de Cachoeira, no Recôncavo baiano; há o registro de dois povoados, não identificados, entre Urubu e Barra, formando uma linha latitudinal no Oeste baiano, possivelmente onde hoje se encontra a cidade de Ibotirama e, deste caminho paralelo ao São Francisco sai uma estrada cortando a região em direção à Capitania de Goiás, passando, aproximadamente, onde adiante se constituiria a vila de Barreiras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto aqui apresentado estabelece a possibilidade de interlocução com outros escritos que versem sobre cartografia histórica, constituição de dinâmicas territoriais passadas, dinâmica territorial dos sertões nordestinos e centrais e,

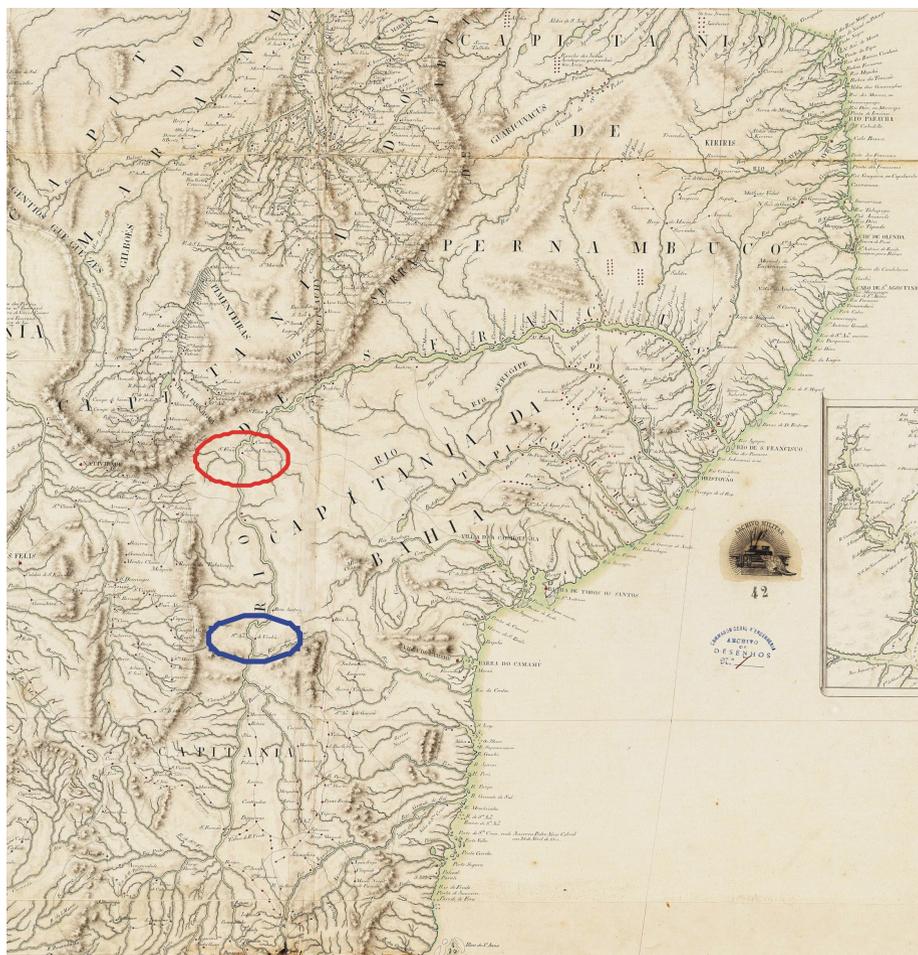


Figura 2 – Recorte da “Carta geographica de projeção espherica ortogonal da Nova Luzitânia ou América Portuguesa e Estado do Brazil”, 1798. Fonte: Mapoteca do Exército Português - Divisão de Infra-Estrutura (LEME, 1798).

mais especificamente para essa publicação, relações entre imagem e espaço geográfico.

A leitura que se desenvolveu nesse texto sobre produção do espaço do Oeste baiano no século XVIII fez parte de um exercício de interpretação de imagens reveladas nos mapas históricos, daí a impossibilidade de apreender a complexa dinâmica daquele espaço, ainda carente, pelo que se sabe, de uma aprofundada pesquisa geográfica histórica de base primária.

Todavia, é possível à luz da cartografia e demais dados da documentação histórica traçar os seguintes indícios sobre a configuração territorial dos sertões nordestino e central:

(1) A falta de registros cartográficos na média e pequena escala não significa necessariamente que não havia ocupação na área, uma cartografia em grande escala poderia revelar a existência de agentes da colonização “dividindo”, por vezes de forma conflituosa, o território ocupado pelo gentio principalmente com o estabelecimento de fazendas, com a lavoura e o gado, e pousos para os caminhos que inevitavelmente começavam a cortar a região;

(2) Sobre os caminhos, é possível perceber uma malha reticular formada por vias hídricas e terrestres, ainda não completamente reveladas pelos documentos consultados, que articulavam os pontos de maior povoamento, e permitiam, segundo aquela temporalidade específica, ligações e pleitos ao poder formal que, ao longo do século XVIII e mais decisivamente no século XIX, lá se estabeleceu com a criação das suas bases locais, as primeiras vilas;

(3) A dispersão da produção pecuária ao longo dos rios e a atração ao interior

produzido pela notícia da descoberta de metais preciosos certamente foram os dois principais motivos da ocupação das terras para oeste do rio São Francisco, o dito rio cruza um imaginário polígono entre as terras do centro da Bahia, a Capitania de Goiás e a de Minas Gerais. Um longo território inóspito a ser transpassado no estabelecimento de vínculos entre espaços de mais denso povoamento;

(4) O que aparece mapeado (caminhos, fazendas, vilas, etc.) faz parte de um processo de produção do espaço que possui, por vezes, longa existência temporal. Daí a necessidade da “leitura” dos dados e cartografia levando em conta a dinâmica do espaço geográfico: o que se registra pontualmente pode ter existência e sentidos anteriores.

Ratifica-se então, a partir das premissas aqui apontadas nesse exercício de análise, a importância da cartografia histórica como instrumental imprescindível à pesquisa de base na Geografia Histórica, respeitando os limites técnicos e intencionalidades de todo mapa inadvertidamente possui.

No tocante ao espaço do Brasil como território de Portugal, as imagens da cartografia e iconografia histórica eram os olhos da Coroa sobre a empresa colonial. Como afirma Beatriz Bueno:

*o rei jamais se deslocou nas suas conquistas, mas as conhecia através dos mapas que mandava confeccionar e nelas se materializava ao mandar construir fortalezas, vilas e cidades, também através dessas folhas de papel. Foi o desenho da arquitetura militar, civil e religiosa das vilas e cidades um instru-*

*mento de inserção de focos da distante civilização europeia nos confins da conquista. (BUENO, 2011, p.300)*

Os estudos sobre as dinâmicas do espaço do Brasil colonial, notadamente aquelas que se apoiam em imagens do passado, abundam nos institutos de pesquisa e se revelam nos encontros científicos nas diversas publicações editadas nas últimas décadas (FRIDMAN, 2011). É um trabalho que apenas se inicia e possui vasto material a ser desvendado, tanto em arquivos brasileiros como internacionais. O desafio é grande, entretanto, acredita-se que o aprofundamento de pesquisa e análise documental e encontro com outros estudos de diversos “encaixes” disciplinares tende a possibilitar o entendimento muito mais amplo da dinâmica do território colonial e, especificamente, da região dos antigos sertões da baía.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, M. A. (2005). Reencontrando a antiga cidade de São Sebastião: Mapas conjecturais do Rio de Janeiro do século XVI. *Cidades*, 2(4): 189-220.
- ABREU, M. A. (2010). Um quebra-cabeça (quase) resolvido. Os engenhos da capitania do Rio de Janeiro – séculos XVI e XVII. In: FRIDMAN, F.; ABREU, M. (Orgs.). *Cidades latino-americanas. Um debate sobre a formação de núcleos urbanos*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.
- ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. In: CARLOS, A.F.A.; SOUZA, M.L. de; SPOSITO, M.E.B. (orgs.). *A produção do espaço urbano. Agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011, p.19-39.
- AHU (Arquivo Histórico Ultramarino). (1800). *Offício do Governador D. Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual participa ter*

*partido para a Capitania do Espírito Santo o Governador Antonio Pires da Silva Pontes, depois de ter executado na Bahia importantes trabalhos de levantamento de varias plantas topographicas. Planta Topográfica. Baía, Fundo Eduardo Castro de Almeida, Doc. 20469. Lisboa/Portugal.*

AHU (Arquivo Histórico Ultramarino). (1800). *Offício do Governador D. Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em que lhe participa a remessa de uma carta geographica de parte da Capitania da Bahia e uma planta da Cidade.* Baía, Fundo Eduardo Castro de Almeida, Doc. 19307. Lisboa/Portugal, 18dez.

ARAÚJO, R. M. (2000). *A urbanização do Mato Grosso no século XVIII. Discurso e Método.* Dissertação de doutoramento em História da Arte. Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,

BELLIN, J. N. (1754). *Suíte du Bresil: depuis la baye de tous lês Saints jusqu'a St. Paul.* Biblioteca Nacional Digital/Mapoteca, Cota ARC.010,12,039.

BUENO, B. P. S. (2011). *Desenho e Desígnio: O Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822).* São Paulo: EDUSP: FAPESP,.

CASTRO, I. E. (1995). O problema da escala. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Geografia: Conceitos e Temas.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 117-140.

CNCDP – Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. (2001). *A Nova Lusitânia. Imagens Cartográficas do Brasil nas Coleções da Biblioteca Nacional (1700-1822).* Lisboa: CNCDP.

CORTESÃO, J. (1965). *História do Brasil nos velhos mapas.* Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco: Departamento de Imprensa Nacional.

- CORTESÃO, J. (1971). *História do Brasil nos velhos mapas*. Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco: Departamento de Imprensa Nacional.
- FRIDMAN, F. (2010). Breve história do debate sobre a cidade colonial brasileira. In: FRIDMAN, F.; ABREU, M. (Orgs.). *Cidades latino-americanas. Um debate sobre a formação de núcleos urbanos*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.
- GARCIA, J. C.; FEIJÃO, M. J. (2001). Os outros mapas do Brasil. História de um projeto. In: CNCDP – Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. *A Nova Lusitânia. Imagens Cartográficas do Brasil nas Coleções da Biblioteca Nacional (1700-1822)*. Lisboa: CNCDP.
- LEME, A. P. S. P. (2003). *Carta geographica de projeção espherica ortogonal da Nova Luzitânia ou América Portuguesa e Estado do Brazil*. Mapoteca do Exército Português / Divisão de Infra-Estrutura, 1798. Cota 9994-3-38-52 (DSE) – CRT 281/2003.
- MORAES, A. C. R. (2002). *Território e história no Brasil*. São Paulo: Hucitec.
- MOREIRA, R. (2007). *Pensar e Ser em Geografia*. Ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto.
- NEVES, E. F. (2007). Introdução. In.: NEVES, E. F.; MIGUEL, A. (Orgs.). *Caminhos do Sertão. Ocupação territorial, Sistema Viário e Intercâmbios Coloniais dos Sertões da Bahia*. Salvador: Editora Arcádia, p.9-24.
- OLIVEIRA, R. V. S. (2003). Vila Velha de Itamaracá (PE). Imagens, percursos e memórias. In: *Cadernos PPG-AU FAUFBA*. Salvador: Universidade Federal da Bahia / Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 1(2): 97-114.
- RAHY, I. B. (2003) Cartografia e iconografia de Salvador no século XVII. *Cadernos PPG-AU FAUFBA*, 1(2): 75-96.

SANTOS, M. (1997). *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. 2.ed. São Paulo: Hucitec.

VASCONCELOS, P. A. (1999). Questões metodológicas na Geografia Urbana Histórica. In: VASCONCELOS, P. de A.; SILVA, S. B. M. (Org.). *Novos Estudos de Geografia Urbana Brasileira*. Salvador: UFBA/Mestrado em Geografia, p.191-201.